

AS RELAÇÕES DE PODER E AS ESTRATÉGIAS ANTAGÔNICAS: ACENOS PARA PENSAR O PRESENTE

Diones Augusto Ribeiro (Doutor em História e professor EBTT Ifes)

Weksley Pinheiro Gama (Doutorando em Filosofia - UFRJ)

RESUMO

Entre os temas abordados por Michel Foucault, podemos encontrar problematizações que, se nos permitirmos lidar com os efeitos delas, poderão nos mobilizar e provocar de diversas formas, tanto pela atualidade quanto pela profundidade que atingem no cerne das construções sociais adjetivadas como modernas. Assim, o primeiro passo para uma relação profícua com o pensamento foucaultiano é considerar que o mesmo não é pautado por conceituações cabais ou pela busca de elementos que abarquem compreensivamente a realidade. Com esse caráter, digamos, circunstancial e imediato, este filósofo se esforçou para nos manter próximos de questões imediatamente ligadas ao presente. Sua contribuição filosófica decorre de fornecer instrumentos desde os quais poderemos, e é isso que ele deseja, desdobrar questões relativas ao presente, a partir de elementos ignorados pelas grandes expressões do pensamento ocidental, tal como acontece com as práticas de poder.

O pensamento de Michel Foucault quanto ao *poder* se insere nesse acréscimo conceitual ao arcabouço filosófico trazido a nós por suas problematizações, bem como, a partir da problemática correlata a esta temática, o filósofo desenvolveu análises ricas no sentido de desnudar procedimentos que embasam práticas sociais, políticas e individuais, instituídas e pouco percebidas como construtos, como efeitos e não como instâncias invioláveis e eternas. O olhar desatento para tais práticas, leva a manutenção da racionalidade política que exerce seu domínio sem controle ou medida, de modo sutil e muitas vezes insuspeito. A permanente análise quanto aos efeitos do tipo de mecanismos usados como meios de exercício e manutenção do poder que seguem sendo efetivadas em diversos níveis é uma tarefa da qual o filósofo nunca prescindiu, tendo deixado grandes contribuições nesse sentido e indicando que devemos nos manter nesse ínterim para que possamos estar atentos para as formas de exercício do poder vigentes.

Ao ter em vista o problema do poder, Foucault busca ir além de uma problemática etimológica quanto a palavra, bem como não visa estudar as relações de poder em geral. Mas busca desnudar as estratégias implementadas com vistas a manutenção do poder.

Assim, Foucault se volta para os efeitos do poder para, então, indicar a importância das estratégias de resistência contra o governo da individuação, os contra movimentos que visam uma saída da lógica de poder instituída ao longo dos tempos e perpetuada pelo assujeitamento em suas sutis e diversas variantes. Tendo este panorama abrangente em foco, o presente escrito buscará demonstrar alguns aspectos elucidativos quanto ao que Foucault nos indica e, a partir disso, se voltará para a demonstração do que possa ser

entendido como estratégias antagônicas diante do poder imperativo vigente nas relações humanas. Seguindo as indicações de Foucault em *O sujeito e o poder*, o objetivo deste artigo é voltar as atenções para os modos de subjetivação que podem, através de práticas antagônicas que não podem ser instituídas de uma vez por todas, abrir caminho para uma ampliação do olhar e pela reconstrução constante do indivíduo em sua singularidade através de práticas diversas quanto aquelas que visam enquadrar, limitar e tutelar, suprimindo o indivíduo em todas as suas esferas. Esta problemática será tematizada e a partir disso este escrito buscará estabelecer, na medida do possível, relações entre a mesma e questões imediatas que se ligam ao momento presente.

Com efeito, as construções subseqüentes não tem em vista esgotar esta problemática, mas, no entanto, visa a manutenção do diálogo no cerne das discussões filosóficas, bem como o auxílio para uma lida compreensiva e aberta com a realidade.

I - Foucault e o exercício do poder

O pensamento de Michel Foucault propõe um direcionamento para o pensamento filosófico que não se volta para grandes aspirações totalizantes. Não é difícil encontrar em obras grandiosas de filósofos da tradição filosófica, que não devem ser menosprezadas em suas contribuições inestimáveis, elementos etéreos e aparentemente distantes. A partir de um pensamento que visa a radicalização da compreensão até sua raiz mais profunda, ocorrem alguns dos descaminhos decorrentes da distância entre a realidade imediata e aquilo que é pensado. Nesse sentido, Foucault propõe uma estratégia interessante que diverge de um olhar ontológico a medida que é fixado nos efeitos, nos desdobramentos de práticas que, em última análise, estão pautadas em concepções que as antecedem. Ao invés de partir da busca imediata do que está ao fundo, busca-se lidar com os efeitos para então fazer transparecer o que fundamentou aquele efeito.

A abordagem de Foucault quanto ao poder se dá sob esta perspectiva, se pautando pelo exercício do poder nas relações e não pela origem última do poder enquanto tal. Foucault indica que seu trabalho não se direciona a analisar e embasar estudos sobre o poder, mas sim lidar com os modos desde os quais os seres humanos se tornam sujeitos. Estes modos podem ser demonstrados, resumidamente, assim: sujeito objetivado do discurso, sujeito

produtivo que trabalha, sujeito simplesmente vivo na história natural ou na biologia, e sujeito que aprendeu a se reconhecer como sujeito de sexualidade.

Com estas indicações trazidas a nós por Foucault em *O sujeito e o poder*, podemos ver que o filósofo busca evidenciar que seu tema geral é o sujeito e não o poder. Foucault volta sua energia de problematização para as relações de poder e para tratar dos modos de subjetivação perpassados pelo poder, nos fornecendo um diagnóstico no qual mostra a ausência de instrumentos para amparar uma pesquisa quanto a questão do poder do ponto de vista de sua efetivação na ação. Uma indicação de Foucault desconcertante quanto às relações de poder pode ser vista quando ele se refere ao Fascismo e ao Stalinismo, afirmando que são formas patológicas do poder, doenças do poder que nos perturbam pelos motivos que o próprio filósofo nos indica. Vejamos:

“Uma das numerosas razões pelas quais elas são, para nós, tão perturbadoras é que, apesar de sua singularidade histórica, elas não são originais. Elas utilizam e expandem mecanismos já presentes na maioria das sociedades. Mais do que isto: apesar de sua própria loucura interna, utilizam amplamente as ideias e os artifícios de nossa racionalidade política”. (Foucault, 1995).

Assim, Foucault busca deixar claro que o tão propagado pavor que estas situações históricas despertam em nós decorre não somente da brutalidade desde a qual foram vividas por muitas vítimas destes modelos autoritários, mas é devido ao fato de estas circunstâncias tão demarcadas historicamente evidenciarem dinâmicas comuns em nossos meios. Indicam uma exacerbação de algo comum às relações humanas, por isso ele considera que sejam doenças do poder. Sendo o poder exatamente o que há de comum nesses contextos, cabe que vejamos que nesses casos trata-se do poder perpassado por um modo específico de utilização, decorrente da racionalidade política. Ao mencionar nossa racionalidade, política o filósofo nos leva de encontro a um

modelo de instrumentalização das relações que embasam a sujeição do indivíduo diante de algo que o ultrapassa. Isso será retomado adiante.

Os excessos do poder, portanto, são originados em um tipo de prática que se repete nas relações. Para conter tais excessos, Foucault indica que a tarefa primordial do pensamento filosófico é estar atento para os mesmos, por isso é tão urgente pensar o presente e desnudar a mecânica desde a qual as relações estão se desdobrando. A crescente racionalização da realidade desde os métodos científicos possui uma relação íntima com os excessos do poder político, mas, segundo Foucault, acabamos percebendo isso apenas quando ocorrem situações tal qual as que indicamos logo acima.

Talvez devamos, para melhor encaminhar e limitar o percurso deste escrito, demarcar melhor o que Foucault entende como poder, embora, como vimos, não possamos chegar a uma conceituação cabal, o que, na verdade, acaba nos servindo de ponto de partida compreensivo, pois na demonstração do que o poder não é podemos ter algum direcionamento para ao menos um modo de pensar o termo em seu exercício, tal qual Foucault fez em suas obras. Roberto Machado, na introdução da edição brasileira de *Microfísica do poder*, ao abordar o tema indica o seguinte

“Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas dispares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente”.
(Foucault, 1979).

Com efeito, para que possamos tratar a noção de poder, é necessário, assim como fez o próprio Foucault, lançar mão de relações de poder que se instituíram e se mantêm atualmente. Assim, é preciso termos clareza quanto ao fato de não existir o poder, mas apenas relações de poder, que se dão no exercício do poder. Para este filósofo o poder é um tipo de ação sobre a ação dos outros, e a disciplina implementada por mecanismos legais e instituições é uma sutil ação que limita e opera o governo do indivíduo, estabelecendo

modelos de subjetividade que já se constituem tuteladas e marcadas pela razão de estado. A saída para esta problemática é apresentada por Foucault quando demonstra que entre o poder e a liberdade existe um combate perene, um agonismo que não cessa, o que demanda uma relação perene entre estas esferas. É preciso haver esta relação agônica para que haja o exercício do poder – não há, segundo Foucault, exercício de poder na escravidão, por exemplo –. Nesse sentido, o filósofo pensa caminhos para lidar com algumas fissuras da estrutura montada para a manutenção do poder historicamente instituído. É a partir destas fissuras que surgem as estratégias antagônicas de resistência ao governo da individuação.

É importante ter em conta mais uma vez que, como indica Roberto Machado, o pensamento foucaultiano não trabalha com teorizações absolutas, pois, em sua perspectiva,

“(...) toda teoria é provisória, acidental, dependente de um estado de desenvolvimento da pesquisa que aceite seus limites, seu inacabado, sua parcialidade, formulando conceitos que clarificam os dados – organizando-os, explicitando suas interrelações, desenvolvendo implicações – mas que, em seguida, são revistos, reformulados, substituídos a partir de um novo material trabalhado”. (Foucault, 1979)

E, não obstante, Foucault trata todas as questões que aborda em seu pensamento desde esta premissa de parcialidade, finitude e limite, deixando sempre algo por se fazer, algo de abertura em suas noções. Nesse fulcro, temos a possibilidade de abordar e desdobrar noções indicadas por este pensador. Não parece forçoso acreditarmos que, ao fazermos isso, estaremos dando termo aos pensamentos desenvolvidos em tantos diálogos pelo filósofo, pois manteremos este pensamento em curso e contribuiremos para que não ocorra a imobilização de sua dinâmica, não se tornando, assim, uma parte de um arcabouço de teorias que, embora sigam sendo transmitidas, encontram-se estéreis e com funções inócuas na problematização do tempo presente.

II - A batalha contra o governo da individuação: as lutas transversais

Buscando o estabelecimento de uma nova economia das relações de poder, Foucault direciona sua atenção para a realidade empírica, imediata, buscando deixar de lado qualquer possível distância entre teoria e prática. Assim, propõe uma abordagem que parta para a lida com as práticas de poder a partir das manifestações de resistência ao poder, das manifestações contrárias ao exercício e a manutenção do poder. Esta estratégia adotada por Foucault é indicada pelo filósofo de modo bastante curioso

“Para usar uma outra metáfora, ela consiste em usar esta resistência como um catalisador químico de modo a esclarecer as relações de poder, localizar sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos utilizados. Mais do que analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna, ela consiste em analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias”. (Foucault, 1995).

Para aclarar estemecanismo, parece importante lembrar algumas indicações do filósofo quanto a oposições que, ao serem suscitadas, poderão nos remeter a manifestações antagônicas quanto às mesmas. A oposição do poder dos homens sobre as mulheres, dos pais sobre os filhos, do psiquiatra sobre o doente mental, da medicina sobre a população, da administração sobre o modo de vida das pessoas. Não trataremos dos antagonismos que certamente surgem no imaginário de todos a partir destas oposições mencionadas, embora saibamos que as manifestações antagônicas quanto a estas formas de exercício do poder podem servir ao projeto foucaultiano, mas para que tal pleito seja alcançado é preciso que não confundamos praticas que, na verdade, mantêm a dita economia das relações de poder ao buscarem apenas modificar o sentido do exercício do poder. Nesse caso, podemos verificar um aprimoramento dos modos desde os quais o poder é exercido. O desafio é produzir efeitos na estrutura vigente que a cada vez, ao passo que todos as vezes que tal estrutura é alvejada ela se metamorfoseia e se

aprimora, cooptando aquilo que se iniciou como uma estratégia transversal. Desse modo, ao pensarmos em estratégias transversais, precisamos ter em conta a necessidade de enxergá-las como provisórias e não como constantemente fecundas no intuito de mexer com a estrutura de poder vigente.

As manifestações ocorridas em Junho de 2013 no Brasil demonstram claramente isso, pois algo que surgiu a partir de um descontentamento pontual ganhou força e desconcertou muitos daqueles que trabalham para a manutenção do poder do Estado. Entretanto, rapidamente aquela energia contestatória foi cooptada por forças políticas que certamente não visam uma alteração na lógica instituída nas relações de poder no país, fizeram da revolta produto, dos anseios bandeiras próprias, como se não representassem elementos da engrenagem que estava sendo criticada amplamente pela população. Essa dissimulação se manifesta de modo que a lógica seja mantida tal como está, e as pessoas sigam alienadas de si mesmas, através do governo da individuação.

Vejamos mais de perto as características das lutas antiautoritárias que Foucault indica como meios para pensar as relações de poder, para então podermos abordar o governo da individuação.

As lutas antiautoritárias são também chamadas de lutas transversais e são supranacionais, pois possuem especificidades locais e epocais, mas em geral acontecem no sentido de se rebelar contra os efeitos do poder vigente, não importando a natureza ou peculiaridade dos mesmos. São lutas imediatas por lidarem com o que temos diante de nós agora, não visando lidar com soluções universais de problemas.

“São lutas que questionam o estatuto do indivíduo: por um lado enfatizam o direito de ser diferente e afirmam tudo aquilo que torna os indivíduos verdadeiramente individuais. Por outro lado, atacam tudo aquilo que separa o indivíduo, que quebra sua relação com os outros, fragmenta a vida comunitária, força o indivíduo a se voltar para si mesmo e o liga à sua própria identidade de um modo coercitivo. Estas lutas não são contra

nem a favor do indivíduo, mas são batalhas contra o governo da individuação”. (Foucault, 1995)

Foucault indica que são também lutas contra os efeitos do poder relacionados ao saber, à competência e à qualificação, mais precisamente se colocam como antagonistas contra o domínio do saber e os privilégios decorrentes deste. E, por fim, estas lutas se fazem como recusa quanto às abstrações do que o autor chamou de “estado de violência econômico e ideológico” (Foucault, 1995), pois estas instâncias da vida cotidiana ignoram quem somos individualmente ao fazerem uso de investigações científicas que presumem determinar quem somos, normais ou anormais, acometidos pela sanidade ou pela loucura, inteligentes ou incapazes, em suma, úteis ou inúteis. Esse estado de diferenciação é chamado por Foucault em *A ordem do discurso*, que se trata de uma aula inaugural proferida em 1970, de “princípio de exclusão”.

Doravante, o objetivo geral destas lutas em suas diversas nuances é atacar uma técnica ou forma de poder instituído, para então lançar mão de novas relações de poder que possam ser pensadas fora do governo da individuação. O que parece estar sendo chamado por Foucault de governo da individuação? Esta pergunta imperiosa se impõe em nosso caminho e precisamos nos voltar para ela para dar termo a esta etapa do presente escrito.

O governo da individuação se efetiva a medida que os modos de subjetivação se fazem desde a implementação de práticas divisoras, normatizadoras quanto ao que deve ou não constituir-se como correto, adequado. Desse modo, o indivíduo é, governado em seu cerne, sendo levado a se abster da vida social a medida que isso se faz como interessante para a manutenção do poder vigente desde a razão de Estado através da metamorfose do poder pastoral.

III - Poder pastoral e razão de Estado

Foucault identifica o poder pastoral através de suas escavações genealógicas como originado nas práticas do cristianismo organizado como instituição, pois a igreja estabelece que um indivíduo pode servir ao outro devido a sua qualidade religiosa como um pastor. Desde o princípio o filósofo aqui estudado desdobra outras características que podem ser, resumidamente mostradas da seguinte forma: é um poder que objetiva assegurar a salvação do indivíduo em um mundo além deste; um poder segundo o qual o pastor não só deve estar disposto a intermediar a salvação, como também deve estar apto a se sacrificar pela salvação dos que o seguem; o pastor exerce seu poder dirigindo até mesmo os segredos mais íntimos de cada um através, por exemplo, das confissões de pecados que podem ser perdoados. Esta forma de poder pastoral se instituiu, cresceu e se mantém até nossos dias, especialmente em regiões onde o Estado não se faz presente com seus mecanismos de controle. Não é difícil notar que proliferam igrejas pelas periferias das cidades. Mas isso significa que em bairros onde residem classes sociais mais favorecidas não podemos identificar a vigência do poder pastoral? Foucault mostra que não podemos afirmar que tenha acontecido a superação do poder pastoral, o que podemos verificar é uma mudança no sentido do mesmo. Ao reconhecer o enfraquecimento das instituições eclesásticas, o filósofo aponta para a multiplicação do poder pastoral em outros meios, para fora das instituições cristãs. “De certa forma, podemos considerar o Estado como a matriz moderna da individualização ou uma nova forma do poder pastoral” (Foucault, 1995).

Com efeito, o poder pastoral se efetiva através da razão de Estado, pois segundo Foucault o Estado moderno se desenvolveu como instância capaz de governar adequadamente os indivíduos, conduzindo-os a ser úteis para a manutenção do Estado enquanto instância reguladora que integra os mesmos a medida que os mantém sobre o controle através de modelos específicos. Mas em troca o indivíduo recebe um novo modelo de salvação. A nova forma de poder pastoral demonstrada por Foucault possui características específicas: o poder pastoral do Estado propõe a salvação do indivíduo nesse mundo através do bem estar, da segurança e da saúde que pode gerar para o mesmo;

o poder pastoral se exerce, nesse sentido, através de instituições que passam a compor o aparelho de Estado. Estas instituições, segundo Foucault, não se restringem as instituições públicas, mesmo as famílias e outras sociedades privadas passaram a ser arregimentadas para assumir funções pastorais. Assim,

“(...) o poder pastoral, que durante séculos – por mais de um milênio – foi associado a uma instituição religiosa definida, ampliou-se subitamente por todo o corpo social; encontrou apoio numa multiplicidade de instituições. E, em vez de um poder pastoral e de um poder político, mais ou menos ligados um ao outro, mais ou menos rivais, havia uma ‘tática’ individualizante que caracterizava uma série de poderes: da família, da medicina, da psiquiatria, da educação e dos empregadores”. (Foucault, 1995).

As táticas para a manutenção do poder pastoral em sua variante ligada ao estado são fortemente ligadas à razão de estado, a medida que todos os mecanismos desde os quais os indivíduos são controlados passam pelo crivo da racionalização metodológica, do cálculo estatístico que estabelece as amostragens adequadas aos melhores meios de exercer o poder de forma sutil e ao mesmo tempo eficaz para tornar o indivíduo dócil politicamente, de modo que não se volte contra o Estado.

Segundo Foucault, a razão de Estado preconizada na arte de governar, presume o conhecimento e enquadramento dos indivíduos no cerne do próprio Estado. A razão de Estado não se remete a Deus, como em Tomás de Aquino, nem as estratégias do príncipe para consolidar sua relação com o Estado, mas se volta para o a natureza e racionalidade própria do Estado, estabelecendo os governos como forma de fortalecer o Estado.

Com efeito, o poder pastoral Exercido pelo estado em suas diversas formas de vigência, englobam um espectro grande de nuances que mantém o indivíduo sob constante vigilância e sob a tutela dos mecanismos de Estado. Da combinação de poder pastoral e razão de Estado são concebidas boa parte

das práticas de poder exercidas sobre os indivíduos atualmente, na medicina, no controle da informação que leva a manutenção do governo da individualização ao instituir e propagar padrões de subjetivação que se pautam pela exclusão e pela diferenciação, deixando sempre os que não se enquadram de fora do jogo e atribuindo a estes o estatuto de irrelevantes e descartáveis, tal qual ainda acontece com os loucos.

Tanto a razão pastoral quanto a razão de Estado se mostram atualmente com uma força inquestionável no Brasil, pois atualmente boa parte da população trata a situação econômica como se fosse possível estabelecer modos de ação advindas das instituições estatais e de seus representantes, através dos quais pudéssemos ser adequadamente conduzidos novamente para o estado de bem estar social. Em primeiro lugar a individualidade é deixada de lado com muita facilidade nesse caso, e além disso, a busca por ser 'pastoreado' pelos caminhos da existência social parece estar entranhada nessa atitude. O que fica ainda mais evidenciado com os clamores pela deposição de uma governante eleita democraticamente para que, então, seja colocado no poder alguém capaz de comandar melhor, de orientar e reestabelecer uma ordem econômica perdida, como se, com isso, todos pudessem enfim se entregar ao poder do Estado de modo irrestrito novamente, sendo massacrados de diversos modos, mas satisfeitos em demandas de consumo, que são vistas como formas de bem estar imediato que deve ser mantido de forma perene pelo governo e a seguridade imposta ao indivíduo.

IV - Conclusão

Este escrito buscou problematizar alguns pontos levantados por Foucault especialmente no escrito intitulado *O sujeito e o poder*. Com as questões abordadas se fez possível levantar, sucintamente, algumas temáticas concernentes ao momento atual, o que parece ser uma demanda do próprio filósofo, que não buscou estabelecer conceitos chave nem tampouco teorizar de modo definitivo a realidade, mas sim desdobrar e demonstrar práticas instituídas, e propor estratégias que possam lançar bases para algumas

direções distintas daquelas que foram tomadas até então, podendo, assim, lançar mão de novas formas de relação de poder, para além do governo da individuação, em prol da manutenção do agonismo entre exercício do poder e liberdade que pode levar ao surgimento e a demonstração de fissuras nas instituições que exercem um poder que muitas vezes é desmedido e causa tanto estrago, tal qual pudemos verificar no Stalinismo e no Fascismo.

Existem diversas formas sutis desde as quais o poder é exercido, quase que silenciosamente, mas as estratégias antagônicas desde as quais Foucault parte devem ser vistas desde a busca constante de reconstrução, pois as mesmas não podem ser instituídas de uma vez por todas, ao passo que, ao se tomar estas estratégias como efetivadas e perenes, certamente estas estratégias serão cooptadas e enquadradas nos mecanismos da razão de Estado. Assim, existem diversas manifestações que surgem como transversais e antagônicas mas acabam sendo cooptadas, tal qual aconteceu com as manifestações de Junho de 2013, que estão se desdobrando em uma variante atual do poder pastoral pleiteado por parte da população brasileira que brada por um novo pastor em detrimento de lançar mão de novas estratégias transversais e transformadoras das relações de poder. A busca, nesse sentido, é por abandonar a luta entre liberdade e poder para se entregar ao poder emanado pelas instituições do Estado, o que, em grande medida, inviabiliza a constante elaboração de modos de estratégias antagônicas.

Entretanto, segundo Foucault, devemos partir destas estratégias para lidar com as relações de poder, nesse sentido, devemos buscar identificar estas estratégias nas práticas sociais diárias, para, então, poder corroborar com as mesmas. Convém, desse modo, que tenhamos um olhar atento para nosso entorno para a identificação destas estratégias no cerne da cotidianidade, o que é um desafio e uma necessidade.

Sobre o autor

Weksley Pinheiro Gama é doutorando em filosofia pela UFRJ, mestre em filosofia pela UFES e licenciado em filosofia pela UFES. Atua como professor de filosofia nos níveis fundamental, médio e superior.

Referências Bibliográficas

FOUCAULT, Michael. O sujeito e o poder, In: RABINOW P.; DREIFUS, H. **Michael Foucault, Uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

_____, (1988b) A tecnologia política dos indivíduos, In: Motta, M. (Org.). **Michael Foucault, Ditos e Escritos: Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária 2004, v.5, p. 301-318.

_____, **Microfísica do poder**, Michael Foucault; organização e tradução de Roberto Machado – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.